

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -  
PLAGEDER**

**MÁRCIA HELONICE HERBERTZ ABREU**

**O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR (DAF) DA COOPERATIVA  
ALTO URUGUAI LTDA – COTRIMAIO  
NA UNIDADE DE TRÊS DE MAIO**

**Três de Maio – RS  
2013**

**MÁRCIA HELONICE HERBERTZ ABREU**

**O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR (DAF) DA  
COOPERATIVA ALTO URUGUAI LTDA – COTRIMAIO  
NA UNIDADE DE TRÊS DE MAIO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Radomsky  
Coorientadora: Josiane Carine Wedig

Três de Maio – RS  
2013

**MÁRCIA HELONICE HERBERTZ ABREU**

**O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR (DAF) DA COOPERATIVA  
ALTO URUGUAI LTDA – COTRIMAIO  
NA UNIDADE DE TRÊS DE MAIO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (\_\_\_\_\_)

---

Prof(a). Dr(a). \*\*\*\*\*

Orientador

UFRGS

---

Prof(a). \*\*\*\*\*

UFRGS

---

Prof(a). Dr(a). \*\*\*\*\*

Instituição

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

*Dedico este trabalho aos meus pais agricultores familiares Nilo  
e Marlene e às minhas filhas Olga Luísa e Emily.*

## RESUMO

O presente trabalho aborda a experiência do Departamento da Agricultura Familiar (DAF) da COTRIMAIO, no município de Três de Maio, RS. O objetivo foi elaborar uma análise das atividades realizadas e os temas que envolvem a criação do DAF, que tem como prioridade fomentar a produção de alimentos para abastecer o programa de Alimentação Escolar e agregar renda para os agricultores familiares locais. O DAF é um espaço físico, econômico e com apoio técnico, disponibilizado pela cooperativa, destinado aos associados agricultores/as familiares, que busca a intercooperação com outras cooperativas da economia familiar, apoiar pequenas agroindústrias, entidades públicas e privadas que buscam o desenvolvimento rural, fortalecendo assim a produção de alimentos. Durante o trabalho realizou-se análise do Estatuto do DAF, bem como entrevistas com quatro agricultores/as, um gestor, um parceiro e um técnico. Além disto, foram realizadas conversas informais com diretores e presidentes das entidades que compõem departamento. Ainda não é possível avaliar em profundidade as consequências regionais do DAF, por ser um Departamento criado recentemente. Mas, foi constatado o envolvimento das instituições e dos agricultores que aderiram ao projeto, inclusive com a agregação de renda de forma considerável, em comparação aos ganhos com a produção de soja à que sempre estiveram submetidos/as. Percebemos que não ocorre a participação direta dos agricultores nas reuniões e decisões com direito a voto. A representatividade está nas instituições, e acreditamos que este talvez seja um risco para a sustentabilidade do projeto. O envolvimento dos agricultores ocorre de forma individual com o DAF. Não ocorre a organização coletiva, os vínculos são com o departamento, inclusive alguns dos agricultores não se conhecem. Ainda, é importante acrescentar que embora o DAF seja de natureza privada a organização está cumprindo função de natureza pública, pois o poder público local, em face de sua incapacidade, seja por falta de pessoal ou por falta de estrutura está com dificuldade de promover políticas públicas de inclusão e fortalecimento dos agricultores familiares, que optam por produzir alimentos. Nesta situação analisada, percebemos que poderia ser ampliado o apoio técnico, apoio a legalização das agroindústrias, condições de infraestrutura e programas na área da educação como a implantação da Escola do Campo, disponível no Ministério da Educação entre outros.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Trabalho Coletivo e Cooperativo.

## ABSTRACT

This paper discusses the experience of the Department of Family Agriculture (DAF) of COTRIMAIO in the municipality of Três de Maio, Brazil. The objective was to prepare an analysis of activities and topics that involve the creation of DAF, whose priority is to foster food production to supply the School Feeding program and aggregate income for local farmers. The DAF is a physical, economic and technical support, provided by the cooperative for the associated farmers / the family, which seeks inter-cooperation with other cooperatives in the family economy, supporting small agro-industries, public and private entities that seek to rural development, thereby strengthening food production. During the job analysis was carried out of the Statute of the DAF, as well as interviews with four farmers / as a manager, a partner and a technician. In addition, there were informal conversations with directors and presidents of the entities that make up department. It is not yet possible to assess in depth the regional consequences of the DAF, being a newly created Department. But we found the involvement of institutions and farmers joined the project, including the aggregate income considerably, compared to gains in the production of soybeans that have always been subjected to / as. We realized that there is direct participation of farmers in meetings and voting decisions. The representation is in institutions, and we believe this may be a risk to the sustainability of the project. The involvement of farmers occurs individually with DAF. There is a collective organization, the links are with the department, including some of the farmers do not know. Still, it is important to add that although the DAF is private in nature the organization is fulfilling function of a public nature, because the local government, in its failure, either due to lack of staff or lack of structure is hard to promote policies public inclusion and empowerment of farmers who choose to grow food. Analyzed this situation, we realized that it could be expanded technical support, support for the legalization of agribusiness, infrastructure conditions and programs in the area of education as the deployment of the Field School, available on the Ministry of Education among others.

Keywords: Family Farming, Rural Development and Work Collective and Cooperative.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI - Associação Comercial e Industrial  
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor CONAB -  
Companhia Nacional de Abastecimento COTRIMAIO -  
Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda. CREDICRIS -  
Cooperativa de Crédito de Crissiumal  
DAF - Departamento da Agricultura Familiar  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação  
FUNCAP - Fundação Centro de Capacitação e Atualização do Produtor  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LTDA - Sociedade Limitada  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PGPAF - Programa de Garantia de Preços a Agricultura Familiar  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar  
RS - Rio Grande do Sul  
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar  
SETREM - Sociedade Educacional Três de Maio  
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UAB - Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	11
3 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO NA REGIÃO E EM TRÊS DE MAIO - RS .....	15
4 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO DAF.....	22
4.1 Cooperativa Alto Uruguai Ltda - COTRIMAIO .....	22
4.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR.....	23
4.3 Fundação Centro de Capacitação e Atualização do Produtor (FUNCAP) .....	24
4.4 Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI .....	25
4.5 EMATER/RS- ASCAR .....	26
4.6 Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB .....	26
4.7 Igreja Católica.....	28
4.8 Sociedade Educacional de Três de Maio – SETREM .....	28
4.9 Cooperativa de Eletrificação Rural Três de Maio – CERTHIL .....	29
4.10 Cooperativa de Técnicos do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNITEC ..	30
4.11 Associação Hortifrutigranjeiros da Feira Livre de Três de Maio.....	30
5 O DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	31
5.1 Desenvolvimento Rural .....	31
5.2 Agricultura Familiar .....	34
6 AGRICULTORES, GESTORES, TÉCNICOS E AS AVALIAÇÕES SOBRE O DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA FAMILAR DA COTRIMAIO.....	37
6.1 Caracterização do Programa do DAF.....	37
6.2 O DAF e a relação com os agricultores.....	38
6.3 O DAF e a busca do mercado para a produção de alimentos .....	39
6.4 O DAF e a gestão e o apoio técnico .....	42
6.5 O DAF e participação dos jovens e a sucessão familiar.....	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50
APÊNDICE I.....	54
APÊNDICE II.....	55
APÊNDICE III .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho na agricultura e a forma de organização da vida dos agricultores vêm se modificando nestas últimas décadas. As necessidades para a garantia de uma vida digna aos mesmos desafiam os gestores e as lideranças da agricultura para buscar novas perspectivas de desenvolvimento rural sustentável, e assim criar condições para a permanência da família na terra.

A agricultura familiar vem ganhando espaço tanto no debate acadêmico, quanto na discussão das políticas públicas no Brasil e no mundo, devido à sua importância na produção de alimentos, a sua relação com o meio ambiente e com sustentabilidade econômica.

Em diversas localidades brasileiras surgem experiências de organização dos agricultores em cooperativas e outras modalidades, para melhorar a qualidade de vida com oportunidades que vêm sendo construídas a partir de programas de incentivo à produção de alimentos, fruto de políticas públicas desenvolvidas no país, principalmente devido à pressão dos movimentos dos agricultores em busca de crédito e condições para produzir.

Levando em conta essas questões, propusemos esta pesquisa no município de Três de Maio, onde verificou-se a experiência da cooperativa local, que criou um departamento juntamente com outros atores locais e regionais para atender demandas dos agricultores familiares produtores de alimentos e do poder público.

O município de Três de Maio localiza-se na região Fronteira Noroeste do Rio Grande Sul, às margens da BR 472 e da RS 342 e tem uma área territorial de 422 km<sup>2</sup>. Sua população é de 23.726 habitantes, dos quais 20,1% (4.764 pessoas) residem no meio rural e 79,9 % (18.962 pessoas) na área urbana (IBGE, 2010).

Para compreender o processo de organização dos agricultores nesta região, em especial em Três de Maio, é necessário retomar a evolução dos sistemas agrários, tendo em vista sua importância, possibilitando o estudo de projetos e estratégias futuras para a área agrícola. Para isso, buscamos construir um histórico do município, sua colonização e sua organização social e política.

Por volta de 1600, os índios foram os primeiros habitantes no noroeste do RS, estabelecendo-se em matas fechadas, próximo às várzeas e margens dos rios. Na sua maioria eram caçadores e coletores, praticando também a agricultura através do sistema de derrubada e queimada, cultivando mandioca, milho, batata doce, feijão, abóbora, fumo, erva mate e

algodão. Mais tarde, as terras passaram a ser ocupadas pelos imigrantes europeus e a população indígena foi expulsa, dizimada e os remanescentes deslocados para as reservas.

Aproximadamente em 1918 chegaram os primeiros colonos alemães e italianos, posteriormente russos e poloneses, que encontraram uma vegetação de mata fechada e para começar o cultivo, empregaram o sistema que já era utilizado pelos índios. Cultivavam produtos como feijão, arroz, milho, trigo, mandioca e produtos da horticultura e fruticultura destinados inicialmente à alimentação das famílias com poucos excedentes agrícolas para os mercados (FRANTZ, 1982).

No período de 1955 a 1960, a suinocultura foi adquirindo importância como fonte de renda alternativa para os colonos e, tornou-se um elemento importante nas pequenas propriedades (SCHALLENBERGER; HARTMANN, 1981). Segundo os autores, os colonos que ali se instalaram são oriundos das chamadas “Colônias Velhas”, do Vale dos Sinos, Vale do Caí e Rio Pardo. Segundo Hesse (1996 p.22), o primeiro registro de cultivo da soja no Brasil datado de 1915 é no município de Santa Rosa com a chegada do pastor norte-americano Lehenbauer, e em 1923 já ocorria uma produção maior para tratar os animais.

No entanto, foi a partir da década de 1960, que a produção em maior escala foi impulsionada pela política de subsídios quando a soja se estabeleceu como cultura economicamente importante.

A região encontrou na mecanização e tecnificação da agricultura a “resposta” para a crise, passando a investir no cultivo da soja. A modernização da agricultura foi ancorada por políticas públicas voltadas ao crédito rural, preços mínimos, seguro rural, assistência técnica, pesquisa e extensão rural. Com isso, a produção diversificada e de subsistência cedeu lugar à produção de grãos em larga escala, com predominância das culturas da soja, milho e trigo, provocando intenso êxodo rural e concentração de terra.

Nesse período, também ocorreu a concretização das experiências cooperativas e em Três de Maio fundou-se, em 02 de fevereiro de 1968, a Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda – COTRIMAIO, através da união de 25 agricultores.

Hoje a economia do município é baseada na agropecuária, indústria, comércio e agroindústria. A maior parte das terras plantadas é ocupada pelas culturas da soja, milho, trigo e pastagens utilizadas para produção leiteira, modificando o cenário local.

Em 2010, a Cooperativa Alto Uruguai Ltda – COTRIMAIO cria o Departamento da Agricultura Familiar, que tem como objetivo principal desenvolver ações que agreguem renda para a agricultura familiar em especial, os sócios da instituição, e busca a permanência das

pessoas no meio rural elevando a qualidade de vida, a qualidade dos alimentos e a auto-estima dos agricultores. Esta ação foi apoiada por parceiros, que atuam nos ramos agropecuário e agroindustrial, após a constatação que muitos associados/as da Cooperativa estavam com dificuldades na produção de alimentos, principalmente em relação à colocação do produto no mercado consumidor.

O objetivo do trabalho consiste em analisar o Departamento de Agricultura Familiar (DAF) da Cooperativa Agrícola Alto Uruguai Ltda (COTRIMAIO) na Unidade Três de Maio – RS, investigando a organização e a formação do DAF, como também analisar os benefícios que a mesma traz aos agricultores sócios.

Outro ponto importante é a análise da situação dos associados do DAF em relação à produção e comercialização dos produtos, a motivação dos agricultores para a efetiva participação na organização, gestão do programa e o papel dos demais parceiros neste contexto.

O TCC está organizado em sete capítulos. Nesta introdução apresentamos o cenário local com os objetivos da nossa pesquisa. No capítulo dois discutimos os procedimentos metodológicos utilizados para investigar a organização do DAF, os papéis e os benefícios proporcionados ao público alvo da cooperativa. No capítulo três realizamos uma análise histórica da organização coletiva e da cooperação na região e em Três de Maio - RS. Em seguida no capítulo quatro apresentamos a cooperativa e todos os parceiros do Departamento com um pequeno histórico, na perspectiva de compreender o contexto e o motivo do envolvimento destes parceiros nesta organização. No capítulo cinco apresentamos o referencial teórico utilizado para embasar as pesquisas nos temas de desenvolvimento rural e na agricultura familiar como forma de entender estas temáticas na pesquisa e contribuir para as análises. Já no capítulo seis, estamos analisando as entrevistas com o gestor, os agricultores, o técnico e parceiros do departamento. E no capítulo sete são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa e seus resultados a partir dos objetivos analisados.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de investigar o processo de organização do DAF, os papéis e os benefícios proporcionados para os associados da COTRIMAIO, o método escolhido é o indutivo. De acordo com Gerhardt & Silveira (2009): “[...] a partir da observação é possível formular uma hipótese explicativa da causa do fenômeno. Isto quer dizer que os resultados são apenas prováveis”.

Quanto à abordagem, o tipo de pesquisa realizada é qualitativa. Conforme Gerhardt & Silveira (2009, p.32) suas principais características são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto de um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Com esta abordagem buscou-se compreender o porquê e como foi o processo de organização, formação e quais os benefícios dos agricultores associados do DAF, da COTRIMAIO.

Em relação aos objetivos, realizou-se inicialmente pesquisa exploratória. Conforme Gerhardt & Silveira (2009, p. 35) a mesma tem como objetivo: “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”.

A seguir, apresentamos os procedimentos que foram adotados, o método utilizado, uma vez que esta pesquisa é qualitativa. De acordo, com Fonseca (2002) *apud* Gerhardt & Silveira (2009, p. 36):

[...] a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

A pesquisa quanto ao procedimento, utilizou o estudo de caso e, de acordo com Fonseca (2002) *apud* Gerhardt & Silveira (2009, p. 39):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou

uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe [...].

Também foi utilizada a pesquisa documental, com acesso a documentos legais, como estatutos, atas das reuniões, relatórios, fotos e notícias de jornais locais e regionais (GIL, 1999). Realizou-se pesquisa de campo através de entrevistas com quatro agricultores associados, um gestor, um parceiro e um técnico do programa, além da observação da realidade nas residências selecionadas buscando compreender o processo de participação e motivação das famílias associadas no DAF. Entrevistamos assim, sete atores envolvidos no programa, escolhidos por sorteio e o caso do gestor e do técnico eram somente eles que exerciam esta função. A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de abril e na primeira semana de maio. Conversamos de forma informal presidentes ou diretores de instituições parceiras que não possuíam material escrito ou *site*.

Conforme Severino (2007): “As entrevistas têm como objetivo coletar dados diretamente do sujeito pesquisado e trata-se de uma interação entre pesquisador e pesquisado”. Ainda na metodologia de pesquisas nas áreas rurais, de acordo com Almeida (1989, p. 80):

As pesquisas nas áreas rurais podem ser feitas utilizando-se dois métodos. O primeiro, chamado o método do censo, consiste em incluir na observação todos os membros da população. O segundo, conhecido como método de amostragem, restringe-se a selecionar uma parcela da população, realizar observações sobre essa parcela e generalizar os resultados para toda a população [...].

Neste sentido, o método selecionado para a realização das entrevistas é por amostragem. Conforme já foi dito, a seleção dos entrevistados foi aleatória, por sorteio, com nome dos agricultores em bilhetes. Também foram entrevistados um gestor, um técnico e um parceiro envolvido diretamente no programa. Cada integrante destes grupos teve a mesma condição de ser sorteado e entrevistado.

Segundo Gerhardt & Silveira (2009),

[...] Entrevista - Esta constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. [...]

O tipo de entrevista foi semiestruturada, na qual o pesquisador organiza um roteiro sobre o assunto pesquisado e conforme avança a entrevista pode-se obter novos desdobramentos do tema principal (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Em relação à interpretação do resultado, de acordo com Frohlich & Dorneles (2011, p.29):

A análise dos dados segue a lógica dos objetivos da pesquisa formulados no início do projeto. Tudo o que foi proposto nos objetivos e/ou hipóteses é discutido nesta seção, mesmo que haja resultados não satisfatórios ou não previstos [...].

Como esta pesquisa é qualitativa, a análise começou a ser feita durante a coleta dos materiais, através das entrevistas e também as observações realizadas durante as visitas. Os resultados do conteúdo das entrevistas e dos documentos foram analisados comparativamente em seu conteúdo (GIL, 2002).

À luz de Ludke e André (1986) *apud* Frohlich & Dorneles (2011, p. 31), tratando sobre análise de conteúdo e documental, “[...] os relatos da observação e das transcrições das entrevistas e as análises dos documentos, assim como as demais informações disponíveis, precisam ocorrer simultaneamente com o período da coleta das informações”.

Importante destacar que a entrevista foi elaborada tendo em vista os públicos diferenciados, como gestores, agricultores e o técnico. Esta forma permitiu avaliar o olhar de cada ator de forma diferenciada, tendo como luz principal o objetivo geral desta pesquisa.

Outro documento fundamental para buscar atingir os objetivos foram as atas e o Estatuto do DAF, nestes encontramos dados que mostraram a realidade hoje da situação do agricultor familiar produtor de alimentos nesta região do RS.

### 3 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO NA REGIÃO E EM TRÊS DE MAIO - RS

Conforme, Schonardie, apud Andrioli (2009) os seres humanos vivem desde que nascem em grupos, famílias e grupos sociais próximos e assim na agricultura familiar, os filhos são educados e interagem nestes grupos.

Também se percebe que historicamente o caráter associativo e de organização coletiva vem desde os indígenas, passando pela migração dos descendentes europeus, pelo interesse do Estado e os interesses de grupos capitalistas com a modernização da agricultura, e nos últimos anos com novas experiências buscando compreender o desenvolvimento regional.

Desde 1682, as terras que hoje constituem o município de Três de Maio, integravam a Província das Missões, administradas pelos Jesuítas desde 1626, sendo que esta situação perdurou até 1750. Criado o município de Santo Ângelo, em 1873, Três de Maio fazia parte do distrito-sede. Desdobrando-se este em 1876, deu lugar ao de Santa Rosa, do qual passou a fazer parte. Já em 1916, é modificada a divisão territorial de Santa Rosa, criando-se o 7º distrito, cuja sede era Três de Maio (Heinsch, 2002).

Três de Maio obteve sua emancipação, em 15 de dezembro de 1954. É conhecida como Cidade Jardim e Berço da Canção Estudantil. A população é caracterizada por diversas origens étnicas, sendo que as mais populosas são de origem germânica, italiana e polonesa. (TRÊS DE MAIO, 2013)

Embora, não existam documentos que comprovem a data em que chegaram os primeiros colonizadores na região noroeste, sabe-se por informações de pioneiros que por volta de 1915, chegaram colonizadores descendentes de alemães, italianos, poloneses e russos. Estes procuravam terras escuras, em direção ao rio Buricá, pois temiam o chão vermelho. Instalaram-se na comunidade de Flor de Maio, constituindo-se esta a primeira secção de Santa Rosa. Com a agrimensura oficial das terras, começaram as vendas de colônias e a chegada de agricultores vindos das chamadas Colônias Velhas: Cachoeira do Sul, Montenegro, Lajeado, Estrela, entre outros (Heinsch, 2002).

Com o aumento da imigração e de diversas atividades, além da agricultura, muitas casas comerciais começaram a serem instaladas no então Povoado Buricá. As características físicas das casas de comércio e das residências particulares eram as mesmas daquelas das zonas coloniais, geralmente feitas de madeira.

Conforme Andrioli (2007), com a vinda, principalmente, dos imigrantes alemães, italianos e poloneses introduziu-se o trabalho comunitário e coletivo. Este era realizado no para a construção de casas, igrejas, galpões e escolas. O trabalho que era realizado com mão de obra- de- obra familiar e auxílio de parentes próximos, utilizando muitas vezes o sistema de mutirão (conhecido também como “puxirão”), no qual uma família ajudava a outra, tanto na construção das moradias, como no plantio e colheita de produtos.

Esta imigração era decorrente da exclusão social na Europa, incentivada pelo Governo Brasileiro que precisava de mão de obra para aumentar a produção. Conforme Schalleberger (1981), a última ocupação nesta região se deu na década de 30, na beira do Rio Uruguai.

De acordo com Andrioli (2007), no período de 1930 a 1955 a lavoura se especializava e os produtos excedentes trilhadeiras, manteiga, amido, óleo vegetal entre outros, passaram a ser comercializados em cidades como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, cujo comércio era favorecido pela ferrovia.

Segundo Schalleberger e Hartmann (1981), já nos anos de 1955 a 1960 a fase econômica da região é conhecida como “ciclo do porco”, e neste período ocorreu a produção de mandioca e milho usados principalmente na alimentação dos animais.

Após este período ocorrem mudanças na agricultura e principalmente com o fato da modernização da agricultura com a produção da soja que, incentivada oficialmente pelo governo em parceria com grupos internacionais, começa a crescer e se beneficiar da mecanização e da adubação química buscando aumentar a produtividade mudando o perfil da região que vinha tradicionalmente da agricultura de subsistência, perdendo assim a autonomia dos agricultores com os preços controlados pelos grupos econômicos.

Em relação à cooperação conforme Schalleberger e Hartmann (1981), os índios que viviam nesta região, que foram os primeiros agricultores desta terra, também mostraram a primeira forma de organização do trabalho e também na economia o uso comum da propriedade e dos meios de trabalho.

Segundo Andrioli (2007), a história da cooperação na região, inicia com os indígenas, passando pela imigração dos descendentes de europeus, a interferência do Estado, os interesses de grupos capitalistas com a modernização conservadora da agricultura e a formação de novas experiências cooperativas no último período. Essas diferentes formas de cooperação são decisivas para compreendermos o desenvolvimento rural regional. E ainda, conforme Buttenbender (1995, p.118):

O trabalho coletivo já caracterizava a organização destas colônias, seja na organização social, como econômica. Nestes espaços eram colocadas em comum diferentes experiências, o trabalho coletivo, a motivação e outros. Eram também desenvolvidas práticas de cooperação nas derrubadas de matas, na produção, no crédito, na armazenagem e até na comercialização.

No momento em que chegavam os imigrantes já se organizavam em comunidades locais levando em conta as mesmas crenças e formas de convívio. Assim traziam consigo a forma de educação, hábitos e costumes que buscavam transmitir aos filhos (Cardoso, 1947 *apud* Andrioli, 2007 p.81).

A predominância nesta região era das comunidades alemãs, que se dividiam pelo credo, os protestantes para um lado e os católicos para outro, e esta questão da religiosidade mais tarde, continuou influenciando a forma de organização das comunidades e também da educação.

O mutirão era a principal forma de apoio mútuo que as famílias tinham e este sistema era utilizado para construir escolas, igrejas e salões comunitários, geralmente ligadas à religião. E o trabalho na lavoura também era realizado em forma de mutirão para facilitar o penoso trabalho, visto que neste período quase não possuíam equipamentos.

Conforme Rotta (1999) *apud* Andrioli (2007, p.83) “a vinda em pequenos grupos de amigos e conhecidos facilitava o trabalho, que era feito em sistema de mutirão”. Neste período também percebe-se que o trabalho era colocado como o princípio da vida e isto muito em função da disciplina e da cultura que traziam de suas raízes.

Outra situação que fortaleceu o trabalho coletivo era a não presença do Poder Público para cuidar da saúde (hospitais), das estradas e do próprio comércio e assim os moradores sentiam-se desafiados a se ajudar para conseguir viver melhor.

Conforme Brum (1983), *apud* Andrioli (2007): “Na fase de agricultura tradicional, as sementes eram produzidas pelos próprios agricultores ou trocadas com os vizinhos, em cuja orientação valia a experiência empírica dos colonos”.

A adubação era orgânica de esterco ou restos de produção e a tecnologia presente era desenvolvida pelos agricultores que contavam com bois e cavalos para auxiliar no preparo da terra, mostrando claramente que era a agricultura de subsistência e diversificada (plantava-se de tudo para ter alimentação para a família).

Outra figura que merece atenção nesta análise é o comerciante local, que ia assumindo mais tarefas na comunidade, pois, era a pessoa que conseguia trazer até o povoado os gêneros de primeira necessidade que passavam a serem trocados por produtos excedentes da

propriedade. Assim, tornava-se liderança e com muita influência nas decisões da comunidade e ao mesmo tempo, conforme Andrioli (2007), isso “lhe conferia um poder de representatividade política e, ocupando uma função considerada pública, embora com interesse privado, seguidamente buscava atrair outras lideranças a seu favor.”

Ao analisar as formas de lazer percebe-se que era comunitário, com festas da Igreja ou de “Kerb” como era chamada pelos alemães, e com o surgimento da figura do comerciante começaram a ocorrer festas e atividades culturais com o objetivo do lucro. E então surge uma disputa entre o que é comunitário e o que era privado e buscava lucro para alguém, prejudicando a organização coletiva comunitária. Começava a partir de papéis que competiam ao Estado se traduzirem em disputa e desorganização local.

Os comerciantes, mais tarde também passaram a ter conflito com as cooperativas, pois, o objetivo de cada um era diferenciado e a questão do poder e da liderança começava a ser disputada. As cooperativas passaram a ser pauta de discussão entre padres e pastores em toda a região, iniciava uma discussão de democracia. Nas cooperativas, o poder era dos associados, do povo.

Segundo Andrioli (2007), “As primeiras cooperativas coloniais foram chamadas de caixa rural, servindo de suporte para crédito rural para os agricultores”. E estas cooperativas eram organizadas e coordenadas por associações comunitárias ligadas às lideranças da igreja católica, embora com caráter ecumênico.

O início do século XX é marcado pelo surgimento de muitas cooperativas agrícolas. Em regiões de colonização italiana as cooperativas se constituíram como uma reação contra os intermediários e contra a desvalorização dos produtos coloniais.

Conforme Maria Benetti (1985) *apud* Andrioli (2007 p.88 e 89), o cooperativismo foi pensado e utilizado pelo Estado como um programa global e passando o papel de organização para as cooperativas, assumiam tarefas que eram do Estado como de sua competência, num chamado “cooperativismo do bem-estar-social”.

E, ainda, o autor José Odelso Schneider (1991) *apud* Andrioli (2007 p.89), expõe que a criação de cooperativas gaúchas foi uma reação dos pequenos agricultores endividados com os comerciantes locais. As cooperativas gaúchas se multiplicaram com a participação de lideranças do exterior que vieram com a missão de assessorar os imigrantes italianos que estavam nesta região. Foi assim que se iniciaram as cooperativas de beneficiamento de produtos coloniais e também de crédito. Já em 1930, o Estado passou a incentivar as cooperativas, principalmente as de crédito.

Na década de 1930 na região da nossa pesquisa, segundo afirma Buttembender (1995), havia aproximadamente 27 cooperativas mistas, que comercializavam praticamente todo o produto excedente dos colonos. Eliminando o intermediário e vendendo para a zona urbana, principalmente produtos como banha, vinho, leite, fumo, madeira e cebola.

As cooperativas, apoiadas pela igreja, tinham como objetivo fundamental eliminar o intermediário, e pode-se dizer que o trabalho era fortalecer as cooperativas e buscar engrandecer o trabalho do agricultor familiar.

De acordo com Andrioli (2007), na década de 1950, o Brasil tomou o caminho da busca pela modernização da agricultura, com novas tecnologias para atender principalmente o mercado externo e absorver internamente os produtos industrializados destes.

Conforme Cassol (2010), na região a crise de reprodução colonial começa a ser substituída pela especialização produtiva, que é o período em que chega o trigo e a soja. E a partir dos anos 1960 o modelo de modernização se concretiza por todo o país.

Ainda, de acordo com Cassol (2010), no município de Três de Maio, a agricultura até nos anos 50, possuía características da agricultura colonial. O trigo e a soja eram produzidos ainda em pequena escala. Em seguida passam a ocupar a maior parte das terras, e os agricultores foram abandonando a agricultura de subsistência.

Posteriormente, ocorre a mudança em a Santa Rosa e região, tornando a soja a principal cultura nas propriedades rurais, independente de seu tamanho ou sua estrutura para buscar este tipo de atividade.

Neste contexto, a forma de vida dos agricultores é modificada. Em 1968 ocorre a fundação da COTRIMAIO, por 25 agricultores do município, com o objetivo de constituir formas de armazenamento e comercialização do trigo, pois nas propriedades não havia mais espaços para guardar o produto (COTRIMAIO, 2013).

Podemos dizer que a COTRIMAIO nasceu quando os agricultores já estavam produzindo trigo e soja, com o papel de buscar mercados, mesmo com um quadro de sócios com pequenas propriedades. Neste período a COTRIMAIO assumiu o papel de empresa buscando a integração nos mercados de *commodities* internacionais.

Podemos verificar também que neste período (anos 1970 a 1980) ocorreram os maiores índices de migração de pequenos produtores para outros estados, buscando ampliar suas plantações de soja e procurando novos mercados, como grandes produtores, no Mato Grosso, Pará e Paraná.

Por outro lado, neste período, ocorreu o maior índice de endividamento e empobrecimento das famílias, principalmente na região fronteira noroeste do RS, gerando a migração de agricultores e seus filhos, pois não suportaram as consequências impostas pelo modelo da modernização, e migraram para centros urbanos para trabalhar em indústrias na região de Caxias e nas indústrias de sapatos na região do Vale dos Sinos. Além da migração para outros estados que ofereciam terras a baixo custo para plantio principalmente de soja e criação de gado.

Conforme, Andrioli (2007):

A cooperativa, que era local e de caráter comunitário, começou a ser encarada como um grande comércio. O sentido da cooperação passa a ser outro. O que passa a valer é a união com vistas à resolução de problemas individuais, ao invés do trabalho em favor da construção coletiva e a valorização do crescimento comunitário. Os valores dos colonos migrantes passam a ser substituídos pelo produtor integrado à indústria. Essa mudança interfere na forma de administração das cooperativas e a sua relação com o conjunto de associados, com um número cada vez maior de adesões.

Observamos que ocorreu uma forte mudança das cooperativas coloniais para as cooperativas empresariais e isto está atrelado ao modelo da agricultura que o país construiu. Por outro lado, o cooperativismo se deparou com a exclusão e o empobrecimento dos seus associados que não conseguiram acompanhar o modelo imposto, e assim apostando no trabalho coletivo e na capacidade do ser humano de reagir em situações difíceis com a mobilização conjunta.

Podemos, dizer que surgem novas experiências e discussões sobre a agricultura, principalmente com a criação de políticas agrícolas como o PRONAF, seguro agrícola, programas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para enfrentar a fome que assolava o país e em especial a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1996.

Segundo Andrioli (2007), a história da cooperação na região, iniciando com os indígenas, passando pela imigração dos descendentes de europeus, a interferência do Estado, os interesses de grupos capitalistas com a modernização conservadora da agricultura e a formação de novas experiências cooperativas no último período, é decisivo para compreendermos o desenvolvimento rural regional. E ainda, conforme Buttenbender (1995 p.118) *apud* Andrioli (2007 p.80):

O trabalho coletivo já caracterizava a organização destas colônias, seja na organização social, como econômica. Nestes espaços eram colocadas em comum

diferentes experiências, o trabalho coletivo, a motivação e outros. Eram também desenvolvidas práticas de cooperação nas derrubadas de matas, na produção, no crédito, na armazenagem e até na comercialização.

Percebemos um vínculo muito forte nesta região do estado com trabalho coletivo e também uma organização do movimento dos trabalhadores rurais enraizado, buscando garantia de direitos sociais, preços, política agrícola e neste sentido, analisamos a importância do trabalho coletivo e organizado.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO DAF

Conforme informações do técnico E.F. que atua no DAF e de acordo com o que consta no Estatuto da criação do mesmo, as instituições parceiras, além da COTRIMAIO, são as seguintes: Secretaria Municipal da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Técnicos Agrícolas (UNITEC), FUNCAP, MDA, SICREDI, CERTHIL, SETREM (EMBRAPA), EMATER/RS, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Todas estas instituições constituem a rede de produção e de apoio ao trabalho da agricultura na região, ou melhor principalmente no município. Esta organização já acontece há mais ou menos 16 anos, quando o Conselho da Agricultura foi criado, e então o STR, a SETREM e poder público local passou a observar a importância de construir novas ações para a agricultura. Mas o processo teve avanços e por outro lado alguns períodos sem ações.

De acordo com o gestor do DAF, L.H. ocorreram inicialmente reuniões entre COTRIMAIO, Prefeitura Municipal de Três de Maio e Fundação Centro de Capacitação e Atualização do Produtor – FUNCAP. Nestas reuniões, conforme relato do Gestor N.H, se discutiu o melhor formato e também a forma de envolver e comprometer as entidades do município, pois a COTRIMAIO individualmente via uma oportunidade aos agricultores, porém, a organização deste departamento era complexo e apenas através de uma instituição isto não seria possível. Então, após várias conversas e por consenso, se entendeu que todas as entidades que possuíam vínculo com os agricultores ou com o tema da agricultura do município poderiam contribuir e deveriam participar do comitê gestor do DAF. Caracterizamos, a seguir, cada uma das entidades que compõem o DAF.

##### 4.1. Cooperativa Alto Uruguai Ltda - COTRIMAIO

Conforme dados da COTRIMAIO (2013) em 02 de fevereiro de 1968, foi fundada a Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda. – COTRIMAIO, através da união de 25 agricultores, no município de Três de Maio, RS. A missão da Cooperativa é promover a

competitividade sustentada dos seus associados, com a visão de ser a cooperativa referência da Agricultura Familiar.

As diretrizes da Cooperativa são: buscar de maneira contínua a qualidade e a confiabilidade dos produtos, serviços, informações e relações na COTRIMAIO; estimular a ação solidária, a cooperação e a integração como prática de ação para o crescimento econômico da COTRIMAIO e região; operar com atividades, negócios e serviços, que gerem e agreguem resultados à propriedade dos associados e a COTRIMAIO; investir na formação, treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos para o presente e o futuro da Cooperativa. (COTRIMAIO, 2013)

Os princípios da Cooperativa são: realizar planejamento como orientação e tomar decisões com base em indicadores; desenvolver, capacitar e valorizar o quadro de funcionários e associados; realizar avaliações de desempenho permanentes; manter relações éticas e responsáveis; compromisso com o meio ambiente.

A Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai LTDA, (COTRIMAIO), percebeu a ampliação do mercado de alimentos e foi provocada a criar um departamento para comercializar produtos da Agricultura Familiar. Buscou então parceiros locais para aprofundar esta discussão. Criou-se assim, o Departamento da Agricultura Familiar (DAF), que tem a finalidade de dar suporte à comercialização de produtos dos agricultores familiares.

Conforme o próprio estatuto do DAF, a Cooperativa percebeu a abertura deste novo mercado e também a possibilidade de mudança para a agricultura diversificada, superando a monocultura local. Passou a enxergar uma nova perspectiva com esta política pública e uma forma de trazer para a sua atuação a temática, pois 93% dos seus associados são agricultores familiares.

Segundo a agricultora M.M “o DAF foi formado pelas Instituições que, como coletivo e desafiadas pelo poder público local, passaram a discutir como apoiar a ampliação da produção de alimentos para aquisição nos programas da merenda escolar local”.

#### 4.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

Conforme informações do presidente da instituição, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio foi fundado em 1962 como entidade representativa dos trabalhadores

rurais, e atua na busca de melhoria da qualidade de vida dos associados, como a busca de direitos sociais e pautas da classe para apoio governamental ao setor. Atua nos municípios de Três de Maio e São José do Inhacorá.

Conta, atualmente, com 2500 associados, sendo entidade representativa de classe, disponibiliza aos associados convênios médicos, dentistas, laboratórios, advogado e prestação de serviço tais como: declaração ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), atualização do cadastro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), resumo de blocos, emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), encaminhamento de projetos do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar).

O Sindicato é referência para os agricultores, pois como entidade de defesa dos seus direitos está também desenvolvendo programas de apoio aos agricultores como troca-troca de milho, minha casa minha vida rural e ainda conforme seu presidente, o STR está sempre presente na luta dos agricultores, principalmente na busca de uma política agrícola de apoio ao agricultor familiar. Por este motivo, completa a liderança, o Sindicato faz parte do DAF. Percebe-se esta proximidade também nas entrevistas de alguns agricultores.

A agricultora M.M. quando questionada sobre a organização coletiva, fala sobre a importância deste processo e lembra que nos anos 80 participou do Movimento das Trabalhadoras Rurais na luta por direitos sociais e assim mostra mais uma vez sua disposição para participar de grupos organizados e coloca que foi fundamental para a sua permanência na agricultura a diversificação de produtos e o aprendizado de como acessar novos mercados.

#### 4.3 Fundação Centro de Capacitação e Atualização do Produtor (FUNCAP)

De acordo com as informações da coordenação da Fundação Centro de Capacitação e Atualização do Produtor (FUNCAP) sua formação ocorreu em 1993 com foco inicial no desenvolvimento rural. Nos anos de 1993 e 1994 atuou especificamente em capacitação e atendeu mais de duas mil pessoas.

Atualmente, o FUNCAP, participa de vários projetos: a) Balde Cheio, que é um programa desenvolvido pela EMBRAPA; b) Parceiros da Terra, programa que viabiliza análises de solo aos agricultores e c) o Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade

(PARS). A Fundação hoje é mantida por cooperativas, STR, Banco do Brasil, Associação Comercial e Industrial (ACI) e Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM).

A FUNCAP foi uma das articuladoras no processo de formação do DAF. Conforme a entrevista do gestor N.H, inicialmente ocorreram reuniões entre a COTRIMAIO, a Prefeitura Municipal de Três de Maio e a FUNCAP, onde se discutiu o melhor formato e também a forma de envolver e comprometer as entidades do município, pois a COTRIMAIO individualmente via uma oportunidade para os agricultores, porém a organização deste departamento era complexo e apenas através de uma instituição isto não seria possível.

#### 4.4 Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI

Em 28 de dezembro de 1902, foi constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, atual SICREDI Pioneira RS (SICREDI, 2013).

A SICREDI Noroeste RS, com sua sede em Três de Maio, é resultado da fusão das Cooperativas de Crédito de Três de Maio, Horizontina e Crissiumal, sendo adotada como data de fundação da mesma a data de constituição da CREDICRIS de Crissiumal, em 05 de maio de 1946.

Os valores que a cooperativa de crédito adota são os seguintes: a) preservação da instituição como sistema; b) preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; c) respeito à individualidade do associado; d) respeito às normas oficiais e internas; e) valorização e desenvolvimento das pessoas; f) eficácia e transparência na gestão (SICREDI, 2013).

A SICREDI em Três de Maio apoia iniciativas locais que envolvem seu público alvo. Seu principal quadro de sócios e que e mantêm suas contas bancárias nesta instituição são agricultores familiares. A entidade participa nas reuniões do Conselho da Agricultura e busca efetivamente manter uma estreita relação com seu quadro social.

#### 4.5 EMATER/RS- ASCAR

A Instituição Fundação ASCAR, fundada no dia 2 de junho de 1955, está presente no cotidiano dos agricultores familiares e tornou-se a representante do serviço oficial de extensão rural do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje conhecida como Emater/RS-ASCAR.

Com a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares (EMATER, 2013).

A instituição busca ser referência em assistência técnica e extensão rural, bem como na prestação de serviços voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, em Três de Maio. Possui equipe técnica reduzida e vem trabalhando por demanda e não oferece a iniciativas de ação extremamente necessária nesta região do RS.

Podemos constatar isto na afirmação da agricultora M.M. quando perguntada sobre a atuação da EMATER expressa que existe deficiência, mas, que quando procurou a EMATER foi atendida e conta com o apoio do técnico do DAF, como articulador de novos mercados e de fornecedor das informações sobre licitações locais.

Já o agricultor W.S coloca sobre a EMATER o seguinte: “Em relação ao trabalho da EMATER local, hoje é ela que vem até a propriedade com outros agricultores, alunos dos cursos superiores ligada à temática da agricultura, para demonstrar como é possível viver bem sem a produção somente de soja ou trigo”.

#### 4.6 Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)

O trabalho com pequenos agricultores está diretamente ligado à história da IECLB, cuja trajetória acompanhou o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as "colônias velhas", ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824 na Região do Vale dos Sinos/RS (CAPA, 2013).

A IECLB acompanhou a expansão da agricultura no RS, como forma inclusive de acompanhar seus membros no fluxo de deslocamentos dentro do RS e também para outras regiões do Brasil e com isso foi ampliando a sua área de intervenção. Primeiramente seguiu em direção às "novas colônias" e mais tarde para o Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina, para onde foram deslocados os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do Sul se impunham como uma barreira intransponível, impedindo que a nova corrente migratória se dirigisse para lá (CAPA, 2013).

O processo de ocupação do solo através da atividade agropecuária moldou o perfil da base social da IECLB e, até 1972, 70% dos membros se constituíam de pequenos agricultores descendentes dos colonos alemães.

Acompanhando a Revolução Verde nos anos 70, a igreja percebeu que seus membros que não haviam conseguido acompanhar a tecnologia e a especialização e estavam empobrecendo, a IECLB decidiu organizar um serviço específico para os agricultores familiares. Na Conferência dos Pastores Regionais, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, foi criado o CAPA, com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Suas atividades tiveram início no dia 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), atendendo uma área que na época abrangia 112 municípios do Noroeste do RS e Oeste de SC (74 municípios no RS e 38 em Santa Catarina) conforme informações do CAPA (2013).

Em fevereiro de 1988, o CAPA de Santa Rosa foi transferido para Erechim e em dezembro deste mesmo ano foi criado um segundo núcleo em Três de Maio, extinto em 1994 por uma questão de reformulação estrutural.

O CAPA nasceu com propostas alternativas de produção e consumo no mesmo momento em que explodiam, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais: Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CAPA,2013).

Suas orientações se fundamentavam na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos pacotes da modernização e aos vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

Inicialmente, o projeto previa a implantação das "Propriedades Modelo Nova Paisagem", em propriedades com áreas entre 10 a 25 hectares. Nestas propriedades haveria a

reconstrução das benfeitorias de uma maneira funcional, com galpão “modelo CAPA”, a reestruturação na produção, utilização de técnicas de conservação do solo, rotação de culturas e diversificação na produção, além da instalação de hortas, pomares, pastagens cultivadas e área para reflorestamento. Também o aproveitamento de novas fontes de energia nas propriedades, entre elas, o sol, os ventos, os cursos naturais de água e a construção de biodigestores.

Ainda em 1988, por uma questão de linguagem comum entre diversos projetos, programas e atividades afins dentro da IECLB, mudou-se o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor para Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. O nome mudou, mas a sigla permaneceu a mesma - CAPA (CAPA,2013).

E assim nasce a participação da IECLB na comunidade agrícola que em seguida começa a atuar nas discussões de criação dos Conselhos Municipais da Agricultura e fundos municipais e, através de suas lideranças comunitárias, participar efetivamente do processo de construção da agricultura familiar para superação do empobrecimento da população rural.

#### 4.7 Igreja Católica

A Igreja Católica possui um intenso trabalho comunitário e a instituição desde os anos 1980 esteve envolvida na Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude. E esta identidade fez com que lideranças locais participem das ações da agricultura familiar e também em outras ações comunitárias promovidas pelas comunidades rurais.

#### 4.8 Sociedade Educacional de Três de Maio – SETREM

No final do século XIX chegou ao Brasil uma avalanche de imigrantes procedentes dos mais diversos países da Europa. A fim de assegurar-se da manutenção de sua cultura, traziam consigo um pastor que exercia também a função de professor e poderia manter, então, viva a língua materna e a própria cultura. Foi o caso dos imigrantes alemães. Assim, construíram as escolas ao lado das igrejas.

Uma capelinha, uma escola e um centro social sempre ocupavam lugar de destaque na vida das novas comunidades. Aqui, surgiu na década de 1910 a 1920, a então colônia Santa Rosa-Buricá; hoje, município de Três de Maio. A escola iniciou as suas atividades em 1922 e as aulas foram ministradas na Casa da Comunidade (Gemeindehaus) (SETREM, 2013).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, após a escola ter sido fechada por alguns meses, durante o ano de 1944, a Diretoria da Comunidade, reunida em 15 de fevereiro de 1945, resolveu reabri-la. Porém, a escola ficou fechada por um ano, pois o professor da época havia sido denunciado e preso.

Atualmente, a Escola é composta pelo Centro de Ensino Médio que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, 07 Cursos Técnicos (entre eles o de Técnico em Agropecuária) e Sinodal Idiomas e pela Faculdade Três de Maio que oferece 08 cursos de graduação (entre eles o curso de Agronomia), especialização e extensão em quatro áreas. Conta com cerca de 160 professores, 90 colaboradores e 2.050 estudantes (SETREM, 2013).

#### 4.9 Cooperativa de Eletrificação Rural Três de Maio – CERTHIL

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável gerando e distribuindo energia, oferecendo produtos e serviços com excelência, contribuindo na qualidade de vida das pessoas e respeitando o meio ambiente, nasceu assim a CERTHIL. O objetivo é ser uma Cooperativa de referência na geração e distribuição de energia, produtos e serviços, e no desenvolvimento sustentável. Sua área de abrangência compreende os seguintes municípios: Três de Maio, Independência, Alegria, São Martinho, São José do Inhacorá, Horizontina, Dr. Maurício Cardoso, Tucunduva, Novo Machado, Tuparendi e Porto Mauá.

Conforme informações da Cooperativa (2013) seu papel é garantir energia elétrica para todos e neste sentido é apoiadora do DAF.

#### 4.10 Cooperativa de Técnicos do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNITEC

A UNITEC é uma cooperativa de profissionais autônomos, localizada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Três de Maio.

A partir de 1996, no ato de sua fundação, eram 28 associados. Atualmente, somam 140 associados, que deram início a um sistema de prestação de serviços englobando a assistência técnica a produtores rurais, Cooperativas Agropecuárias, Prefeituras, Senar, Sebrae, Senai, SESCOOP e outros parceiros.

É composta principalmente por Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Médicos Veterinários, Técnicos em Inseminação, Artesãos, Biólogos, Psicólogos, Administradores de Empresas, Técnicos em Alimentos, Administradores Rurais, Contadores, Técnicos de Processamento de Dados, Técnicos em Adestramento, Técnicos em Eletrônico, Técnico Contábil, Engenheiro Químico e de Alimentos.

É neste contexto que a UNITEC surgiu e atua prestando os diferentes serviços técnicos, tais como: assistência técnica às propriedades rurais (nas áreas de bovinocultura de leite, suínos, culturas regionais, solos e gerenciamento agrícola), elaboração, análise de projetos de desenvolvimento e confecção de planos técnicos de custeio e investimento (UNITEC, 2013).

#### 4.11 Associação Hortifrutigranjeiros da Feira Livre de Três de Maio

A Feira Livre acontece semanalmente, na terça e na sexta-feira das 16h às 19h e 30 min, situa-se no centro da cidade de Três de Maio, mantida pela Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros da Agricultura Familiar de Três de Maio, conhecida pela comunidade como a Feira Livre.

A estrutura do espaço foi garantida pelo poder público sendo cedido em comodato para a Associação, conforme informações da presidência da Associação em 2013 e da Secretaria Municipal da Agricultura na Prefeitura Municipal.

## 5 O DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

### 5.1 Desenvolvimento Rural

Para compreender o desenvolvimento rural no Brasil conforme Conterato & Fillipi (2009) é necessário compreender o mundo rural brasileiro que possui duas realidades bem diferenciadas. Temos o cunho patronal e a agricultura familiar. Esta evidência é tão visível que foram criados dois Ministérios para tratar das questões rurais: Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Conforme os mesmos autores o MDA se ocupa com as políticas de empoderamento dos agricultores familiares e a implantação de modelos de reordenamento e de reforma agrária.

Isto mostra as diferentes realidades do Brasil e que precisam ser tratadas de forma diferenciada para atender de fato aos agricultores que estão expostos à pobreza e não conseguiram acompanhar a proposta da “modernização da agricultura” iniciada nos anos 1970. Mesmo com a produção recorde de grãos não foi possível superar a situação de miséria da população rural.

Conforme Zart *apud* Andrioli (2009 p.70), o predomínio da soja na agricultura regional no final dos anos 1960, tinha mercado nos Estados Unidos devido à colheita ocorrer aqui na entre safra daquele país. Nos anos 1970 a expansão avançou e teve como aliada a tecnologia disponibilizada através de subsídios. Por outro lado, o mesmo autor coloca que este aparente progresso trouxe para o campo um grande empobrecimento e para as cidades o início das favelas e submoradias.

Com estas análises podemos constatar que ainda, conforme Zart *apud* Andrioli (2009), os projetos de modernização desenvolvidos no RS foram excludentes do ponto de vista social, principalmente modificando o modo de vida da população que era de subsistência e foi desarticulada.

Já nos anos de 1990 ocorreu uma mudança de entendimento sobre desenvolvimento rural, principalmente com a força e a pressão dos movimentos sociais desde os anos 1980 e que neste período ganham mais força buscando a transformação social, discutindo as condições de vida da população rural, e principalmente retomando questões como a reforma

agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo às ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros. Conforme Schneider (2010) neste período surgiram as Jornadas de Lutas, que deram origem ao Grito da Terra Brasil, que persiste até hoje e foram mobilizações de muito impacto político.

No debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil, se retoma a crescente participação do Estado na formulação de políticas como também a concretização da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA em 1998) para cuidar da Agricultura Familiar e das políticas públicas específicas como o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar, criado pela Lei 3.952/94), o seguro agrícola, a discussão sobre segurança alimentar, a alimentação escolar, apoio às populações tradicionais, ao trabalho com mulheres rurais e ações como a regularização fundiária que foi fundamental neste processo (SCHNEIDER, 2010).

Também, segundo Anjos (2003), a nova filosofia da Comissão Europeia partiu de algumas premissas que permitiram, no fim dos anos de 1980 e no início dos anos 1990, chegar aos novos enfoques do “desenvolvimento rural”. Essas premissas eram: a) o reconhecimento de que a modernização agrícola incidirá sobre o emprego no sentido de reduzi-lo, mas a população pode permanecer no seu local de origem praticando atividades não agrícolas; b) devido ao desemprego urbano, a população deve ser dissuadida a abandonar o campo; c) o espaço rural perde a função primordial produtiva, e outras passam a ser valorizadas (funções paisagísticas, turísticas e ecológicas); d) a “desagrarização” do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas o seu fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos aproveitando nichos de mercado e a conversão em “empresário rural”; e) o reforço da pluriatividade, tanto como forma de atividades complementares dentro do próprio estabelecimento, como pela integração a outros setores econômicos (indústria e serviços).

Conforme Schneider (2008), mais um aspecto a ser considerado como parte do contexto de discussão sobre desenvolvimento rural no Brasil, é a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente, principalmente em razão da Conferência de Meio Ambiente da ONU em 1992, que trouxe o olhar do impacto das ações de desenvolvimento sobre a questão do meio ambiente. E também começam a ser discutidas mobilizações tendo repercussão política. Pode-se dizer ainda, baseado no mesmo autor, que os resultados imediatos não foram muitos, mas os governos começaram a incluir nas pautas a questão do meio ambiente, além do desenvolvimento.

Schneider (2010), analisando estudos de Abramovay e também trabalhos de Veiga, destaca a importância das instituições tanto públicas quanto outras formas de cooperação como medida para fortalecer a ação dos agricultores e minimizar os riscos criando formas de governança e discutindo a gestão com os atores sociais envolvidos.

Importante salientar que o debate sobre desenvolvimento rural sustentável menciona a necessidade de aspectos democráticos, com participação da sociedade civil, geralmente envolvendo gestores, instituições, ONGs e indivíduos buscando o debate e a construção dos processos de mudança social. Formas de cooperação que conduzem intervenções na agricultura por parte de organizações não-estatais podem representar novidades. Cabe também recordar que no debate contemporâneo desenvolvimento rural é algo distinto de crescimento da agricultura, conforme Abramovay (2000). Conforme Fialho (2010), nos municípios e localidades do RS, e também brasileiras, podemos observar a importância da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou da Agricultura e seus respectivos Fundos Municipais como formas coletivas de controle social e também de defesa de interesses locais e da categoria. Tal como os esforços em torno das cooperativas, estas são ampliações de espaços de participação dos agricultores na tomada de decisão em relação às políticas que envolvem a área.

Neste sentido, é necessária a participação dos agricultores, do poder público, dos representantes de classe, sociedade civil como um todo para fortalecerem as condições para aprofundar o conhecimento da realidade local, do mercado em disputa, das perspectivas futuras, de como encontrar mecanismos para tomar decisões que possam viabilizar o desenvolvimento rural sustentável na condição econômica, social, cultural e ambiental.

De acordo com Abramovay (2000) é necessário uma reflexão amadurecida sobre o desempenho das organizações rurais de base, com análise de experiências bem sucedidas e outras mais problemáticas. O processo de cooperação no campo pode apresentar ambas. Para o autor, a não cooperação implica em riscos, mas o controle só é efetivo se os atores, ou seja, os agricultores têm internalizado e compreendido os elementos morais pressupostos na colaboração entre eles.

Este processo não acontece de um dia para o outro, é necessário um acompanhamento técnico ou de extensão que trabalhe com este objetivo e não apenas ensinar, e sim respeitar o conhecimento do agricultor e aprender com a troca de conhecimento como um processo educativo.

Conforme relato do gestor N.H. do programa DAF, a participação dos agricultores ocorre através de representação da instituição que participa efetivamente. Então, os agricultores tem participado do Conselho Gestor através de seus representantes, como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais(STR), da COTRIMAIO, EMATER, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Igreja Católica, Prefeitura Municipal; presidente do Conselho de Agropecuária; presidente da Feira Livre; Presidente da CERTHIL.

Os agricultores podem participar de todas as reuniões do DAF, dos seminários, mas, o voto é permitido apenas para os representantes das instituições que compõem o Comitê Gestor. Ainda de acordo com Abramovay (2000) os projetos de desenvolvimento terão mais chance de sucesso se forem capazes de extrapolar um único setor profissional, formando redes de atores trabalhando na valorização das potencialidades da região. Assim, comparando o relato do gestor do programa com esta análise feita pelo autor, podemos compreender a dificuldade de reconhecimento do potencial e capacidade dos atores principais, ou seja, os agricultores familiares.

O meio rural precisa ser encarado como a base de um conjunto diversificado de atividades e mercados potenciais, para ampliar seus horizontes, reconhecer os atores e construir instituições com vistas ao desenvolvimento rural (Abramovay, 2000).

## 5.2 Agricultura Familiar

De acordo com Andrioli (2007), a agricultura familiar é construída por agricultores que com sua mão de obra, produzem seu próprio alimento. Entende-se que são duas características principais que a constituem: a) os próprios agricultores geram sua renda sem explorar mão de obra de outros; b) a agricultura familiar é a maior produtora de alimentos do país. A agricultura familiar proporciona renda o ano todo, pois os produtos são variados e de acordo com a época. Já com a monocultura de soja, por exemplo, temos uma safra anual, o que nem sempre garante o sustento da família e ainda na maioria das vezes provoca o seu empobrecimento.

O entendimento de agricultura familiar da FAO afirma o seguinte: a) a família sendo gestora da unidade produtiva; b) a maior parte da mão de obra é oriunda da própria família; c)

os meios de produção deverão ser da família, numa área menor ou até 500 hectares (FAO/Incra,1996).

Ainda conforme Andrioli (2009), na agricultura familiar também começa a ocorrer, com a tecnologia, a questão da dependência de equipamentos e aplicação de insumos, além do endividamento dos agricultores, o que limita a autonomia dos mesmos e, também, a agricultura é uma atividade que depende dos fenômenos da natureza como solo, clima e água.

De acordo com Schneider, (2006) a expressão agricultura familiar emergiu no contexto brasileiro na década de 1990. De um lado havia a organização dos trabalhadores/as rurais, incentivados por seus Sindicatos e organizações como CUT, CONTAG, FETAG. E de outro lado, o sindicalismo rural que estava no auge da crise de falta de crédito, queda dos preços entre outros.

Em 1996, a criação da Secretaria Extraordinária da Política Fundiária e posteriormente, em 1999, a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) se constituíram como iniciativas importantes por parte do Estado para atuar junto a esta parcela de agricultores promovendo a política para a agricultura familiar no Brasil.

Nesse contexto, Abramovay (1997) aponta como principal característica que marca a agricultura familiar, o fato de que a gestão, propriedade e trabalho estão sob controle da família. O autor defende que uma das principais características da agricultura familiar é que a gestão é feita pelo núcleo familiar, garantindo autonomia, mas que conta, ao mesmo tempo, com apoio em forma de políticas públicas proporcionadas pelo Estado.

Conforme Zart, *apud* Andrioli (2009), a história da agricultura da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul é permeada por diversas questões de caráter cultural, político e ideológico que interferem profundamente nas propostas de desenvolvimento regional. A época dos financiamentos, de aquisição de máquinas, aquisição de insumos e venenos foi um período de muita euforia, com corrida aos bancos, pelo incentivo Estatal, principalmente. Posteriormente, ocorre o empobrecimento, a migração para os arredores urbanos, construção de submoradias e aumento do desemprego e violência.

Durante a pesquisa e nas entrevistas pudemos perceber, conforme relato da Sra. C.G, integrante do comitê gestor e agricultora, que a Igreja apoia trabalhos com pequenos agricultores através do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) que tem sua sede central em São Leopoldo- RS. A partir desta iniciativa e também pelo trabalho e

acompanhamento da Igreja no interior do município junto aos pequenos agricultores, passou a se preocupar e integrar debates sobre questões sociais locais.

A gestora também relata que o DAF surgiu como forma de acompanhar e apoiar os agricultores, produtores de alimento, buscando ampliar as oportunidades para o agricultor e fortalecendo o vínculo da Cooperativa com os agricultores familiares que não produzem soja em larga escala. Então, para superar a questão de empobrecimento apontada como o resultado da Revolução Verde e também pelo modo de vida dos imigrantes europeus, a instituição, desde seu início, procura apoiar a agricultura para os pequenos, para os agricultores familiares.

Conforme o Estatuto da DAF, hoje os sócios da Cooperativa constituem 93% de agricultores familiares, que operam no regime de economia familiar, e o departamento se propõe a ser uma ligação entre o agricultor e o sistema que o envolve.

## 6 AGRICULTORES, GESTORES, TÉCNICOS E AS AVALIAÇÕES SOBRE O DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA FAMILAR DA COTRIMAIO

### 6.1 Caracterizações do Programa do DAF

O DAF, segundo seu estatuto, tem como objetivo desenvolver ações que agreguem renda para agricultores familiares fomentem a permanência do agricultor no campo permitindo inclusive a sucessão familiar, com vida digna, melhorando a autoestima das pessoas que ali vivem e produzindo alimentos de qualidade para consumo próprio e para o meio urbano. A missão do departamento, aprovada pelos gestores do programa, é reduzir a vulnerabilidade social e contribuir para a segurança alimentar da população.

Os idealizadores do DAF justificam a sua criação afirmando que: “os agricultores de modo geral estão à margem do processo tecnológico por questões econômicas e culturais”. Isto demonstra que há ainda uma visão de que o agricultor que não conseguiu acompanhar a tecnologia da “modernização da agricultura” “ainda está atrasado” e precisa ser acompanhado.

No item seguinte do Estatuto encontramos o seguinte: “Neste modelo, o pequeno agricultor ficou marginalizado, com pouco acesso ao crédito e as tecnologias modernas. Mesmo assim se manteve como principal produtor de alimentos do país.”

Então, diante destas contradições, e acompanhando o processo histórico da Cooperativa podemos dizer que só atendendo o grande produtor ela não cumpria seu papel de vínculo, de pertencimento como dizem Radomsky e Peñafiel (2007), quando tratam das relações sociais como a proximidade, parentesco e a reciprocidade. O vínculo comunitário que envolve a região de atuação da Cooperativa sempre se manteve com credibilidade e parceria no que se referia ao atendimento técnico, entrega de produtos como soja, aquisição de insumos e produtos do supermercado.

Por outro lado, a cooperativa percebe o novo mercado que surge a partir das políticas públicas do Governo Federal que passam a modificar o mercado local e foi provocada pelo poder público local, que precisa se inserir na efetivação das políticas públicas. No Estatuto são citados programas como: PRONAF, Mais Alimentos, Aquisições da Agricultura Familiar pela CONAB e Alimentação Escolar. Mas ao mesmo tempo o cooperativismo empresarial

está em disputa com grandes empresas que prestam os mesmos serviços, percebe-se que existe um novo espaço de atuação com os agricultores familiares sócios da COTRIMAIO.

E com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da resolução FNDE nº38, de 16 de julho de 2009, no mínimo 30% dos alimentos da merenda escolar devem ser adquiridos diretamente dos produtores da agricultura familiar ou empreendimentos familiares.

A Cooperativa pautou o assunto com as instituições parceiras das ações na agricultura em Três de Maio, propondo a criação do DAF. O mesmo, segundo seu Estatuto, deveria ser constituído “através de parcerias com entidades comunitárias” e, “desempenhar um papel central na ligação do produtor familiar com os programas governamentais de aquisição de alimentos, o sistema comercial cooperativo e o mercado em geral”. O estatuto também faz referência a cartilha elaborada pela EMATER/RS:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é um dos maiores instrumentos públicos de segurança alimentar. Financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE repassa dez parcelas anuais para financiar, exclusivamente alimentos, durante 200 dias letivos de aulas, para alunos do ensino básico (BRASIL, 2009).

## 6.2 O DAF e a relação com os agricultores

Analisando as entrevistas dos agricultores participantes do Departamento, todos os entrevistados/as disseram que tiveram conhecimento do departamento através da demonstração do mesmo por evento e seminário sobre o tema, ou por contato do técnico ou ainda, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Percebe-se, pela leitura do Estatuto e entrevistas, que não está prevista a participação direta dos agricultores e que até hoje não ocorreu diálogo direto e participativo com os agricultores familiares produtores de alimentos. Aconteceu a discussão com entidades representativas dos produtores rurais e das entidades locais que têm vínculo com o setor.

Conforme Schneider e Gazolla (2011), “os agricultores não devem ser vistos como receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvidos na rotina que simplesmente seguem as regras ou convenção estabelecida”. Isto preocupa neste programa e todos os agricultores colocam que optaram pelo programa como uma opção, em função de que precisavam agregar renda à propriedade, pois a monocultura da soja não

atendia mais às necessidades das famílias. Percebe-se a necessidade de acompanhamento de extensionistas ou técnicos com o papel de trabalhar a mudança cultural necessária para o trabalho coletivo e de troca.

Nesta situação não ocorreu à discussão direta com os agricultores familiares, e, a partir disso, pode-se dizer que foi um processo “de cima para baixo”, não levando em conta o conhecimento de cada um e de como chegaram ao processo de diversificação de produção de alimentos. Observa-se que isto pode colocar em risco o sucesso do programa e dificultar o processo de fortalecimento da autonomia dos agricultores, e ainda destacamos que o poder público local não criou nenhum programa de incentivo à diversificação como, por exemplo: colocação de cascalho nas entradas das propriedades dos agricultores produtores de alimentos, a criação de um selo de produto da agricultura familiar ou ainda uma campanha de mídia, reforçando o consumo de produtos oriundos da agricultura familiar local.

### 6.3 O DAF e a busca do mercado para a produção de alimentos

De acordo com Hall e Lieberman (2003) *apud* Waquil, Miele e Schultz, (2010), mercado pode ser definido como um grupo de compradores e vendedores que têm potencial para negociar uns com os outros. Ao mesmo tempo, o mercado também pode ser definido como uma construção social, onde se tem um espaço de troca e interação, com normas e regras a serem cumpridas e a criação de preços que influenciam a decisão dos atores envolvidos, como é o caso dos agricultores familiares produtores de alimentos quando sócios de uma feira livre ou, por exemplo, a proposta constituída pelo DAF.

Assim, podemos dizer como na agricultura também temos no cotidiano esta análise, precisamos saber para quem vender quem quer comprar ou se existe algum sistema de troca de produtos, sementes ou outros itens que compõe a questão da colocação do produto agrícola no mercado. A produção de alimentos é uma forma de organização do mercado, já a produção de soja como *commodities*, tem seu preço estabelecido no mercado mundial. Esse preço vai orientar as decisões em outros mercados locais e nacionais.

Conforme relata na entrevista a agricultora M.M a produção era comercializada na Feira Livre local e diretamente a consumidores pontuais que conheciam seus produtos e que iam até sua casa para adquiri-los e com entrega a domicilio. Ela viu no DAF a possibilidade de

ampliar a venda para programas locais, como da merenda escolar e para o supermercado da Cooperativa. Salienta que isso foi um novo desafio para a sua vida. Ainda num segundo relato, da mesma agricultora, o DAF foi formado pelas instituições que, como coletivo e desafiadas pelo poder público local, passaram a discutir como apoiar a ampliação da produção de alimentos para aquisição nos programas da merenda escolar local.

A Cooperativa percebeu a abertura deste novo mercado e, pela mudança regional e com as políticas nacionais de incentivo para a agricultura diversificada, superando a monocultura local, passou a enxergar esta política pública como uma nova perspectiva e uma forma de trazer para a sua atuação esta temática, pois 93% dos seus associados são agricultores familiares.

Já o agricultor W.S. relata, na entrevista, que a família é associada à COTRIMAIO e ao DAF, mas enfatiza que não ocorreram mudanças na sua propriedade, em relação ao mercado e à produção, ao mesmo tempo salienta que com certeza o DAF é importante para os novos produtores, pois contam com apoio para entrar no mercado e conquistar novos consumidores. O agricultor diz que *“na época que eu comecei tinha que fazer tudo sozinho, e hoje facilitou muito”*. Destaca a importância da assessoria técnica do DAF, pois avisa das licitações e de novos mercados consumidores.

O Sr. S.M. foi um dos agricultores que, a partir de 2002, aderiu ao programa de produtos orgânicos locais, implementado pela Cooperativa, inclusive com local de comercialização própria nos supermercados da Rede da Cooperativa. Ao participar do programa, passou a receber assistência técnica da Cooperativa e também da EMATER. Buscava informações, junto a assistência técnica, sobre como preparar o solo, como controlar insetos e pragas até as formas adequadas de embalagens e comercialização para garantir um produto saudável ao consumidor. Este programa ocorreu na mesma época que o debate sobre produção alterada geneticamente, e este debate foi longo e enfrentou a disputa com grandes empresas multinacionais. Ao mesmo tempo diz que é fundamental participar em capacitações, seminários, visitas técnicas e atividades de campo organizadas em parceria com a Faculdade de Agronomia da SETREM.

Os principais produtos comercializados pelo agricultor eram verduras, como alface, couve, tempero verde, beterraba, brócolis, repolho entre outros. Para enfrentar a frequente estiagem que ocorria foram instalados equipamentos de irrigação, também orientada pela EMATER e pelo técnico agrícola da prefeitura local. Neste período se fortaleceu e implantou

definitivamente a feira livre que existe até hoje, inclusive com sede própria, apoiada naquele período pela Prefeitura Municipal e Fundo Municipal da Agricultura local.

O agricultor também fala que a produção de verduras e legumes, no último período começou a ter muita concorrência e isto dificultou a sua negociação. Nos primeiros anos eram praticamente apenas dois produtores que abasteciam todo o mercado consumidor local. Com o incentivo aos programas de merenda escolar e o incentivo à alimentação saudável, muitos produtores passaram a disputar o mesmo mercado, e ele como já estava cansado, com problemas de saúde e sem sucessão familiar quando completou 60 anos se aposentou, decidiu parar de produzir. O agricultor assinala que *“o DAF é importante para vender para prefeituras e Estado e isso é muito bom para os novos produtores. Nós já não temos mais saúde para isso.”*

Esta situação vivenciada por este agricultor, enquanto a concorrência era menor conseguia se manter no mercado, até informalmente. Quando foi necessário negociar e compreender preço justo com os demais concorrentes já estava em fase de desistência devido a aposentadoria.

Segundo PORTER (1996) *apud* Waquil, Miele e Schultz, (2010), os agricultores inserem-se nos mercados com o objetivo de vender sua produção e obter lucro. Geralmente os mercados são concorrenciais, ou seja, os agricultores enfrentam concorrência de diversas formas. Em primeiro lugar, concorrem com outros agricultores da mesma região ou de outras regiões produtoras. Além disso, enfrentam o poder de negociação de seus compradores e de seus fornecedores.

Como já foi dito anteriormente, podemos observar que ocorreu uma forte mudança das cooperativas coloniais para as cooperativas empresariais e isto está atrelado ao modelo da agricultura que o país construiu. Dessa maneira, o cooperativismo se deparou com a exclusão e o empobrecimento dos seus associados que não conseguiram acompanhar o modelo imposto, e assim apostando no trabalho coletivo e na capacidade do ser humano em reagir nas situações difíceis, com a mobilização conjunta.

O agricultor S.M. foi símbolo deste processo, a Cooperativa abriu espaço para o seu produto como empresário (perfil empresarial da cooperativa) e inclusive conseguiu diferenciar seu produto, recebendo maior valor quando aderiu ao programa dos orgânicos da própria cooperativa. Percebe-se que neste caso não ocorreu o entrosamento, ou melhor, o envolvimento deste agricultor no movimento social da agroecologia na agricultura familiar. O

agricultor não conseguiu permanecer com a produção orgânica. E esta produção não evoluiu no município.

O poder de negociação aumenta muito quando eles conseguem diferenciar o produto, agregando valor para atender a necessidades de grupos específicos de consumidores, o que chamamos de nichos de mercado. A produção de orgânicos é uma prova disso, os produtos têm preços muito acima dos produzidos de forma convencional, principalmente pelo fato da demanda ser maior do que a oferta, o que aumenta bastante as receitas dos produtores.

Era um agricultor com iniciativas e conhecimento da realidade local, mas não ocorreu a visão de mercado para o futuro, pela desmotivação, pois não possuía sucessão familiar na propriedade e a não valorização do saber local.

Já o agricultor familiar L. D. coloca que:

A terra é vermelha, plaina e apropriada para a produção de soja e milho, mas precisava buscar uma alternativa para agregar valor à propriedade e garantir uma renda mensal. Então foi criado o DAF e ocorreu um seminário para os agricultores sócios da Cooperativa, me entusiasmei e com a orientação do técnico do DAF, comecei a produzir verduras e estou ampliando para a produção de melancia e melão.

Ou seja, vislumbrou nesta experiência uma possibilidade de ampliação e agregação de renda na sua propriedade melhorando a qualidade de vida.

#### 6.4 O DAF e a gestão e o apoio técnico

Conforme o Estatuto do DAF percebe-se um empobrecimento dos agricultores familiares, e ainda continua ocorrendo a evasão da zona rural. O trabalho do DAF busca fazer uma reconversão deste cenário da agricultura familiar com a participação de parceiros relacionados ao tema na cidade e região.

Na diretriz quatro (PNDH) do Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo decreto Presidencial número 7.177 de 12 de maio de 2010, coloca-se que é necessária a efetivação do modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, culturalmente e regionalmente diversos, participativo e não discriminatório. Já

no objetivo estratégico II, do mesmo documento afirma a necessidade do fortalecimento de modelos de agricultura familiar e agroecológicas. E nas ações programáticas deste objetivo consta: a) Garantir que nos projetos de reforma agrária sejam incentivados os modelos de produção agroecológica e a inserção nos mercados formais; b) Fortalecer a agricultura familiar camponesa e a pesca artesanal com ampliação de crédito, do seguro, da assistência técnica, extensão rural e da infraestrutura para comercialização (PNDH, 2010).

Na opinião do gestor do DAF (N.H.) a proposta de criação do Departamento da Cooperativa Alto Uruguai Ltda. COTRIMAIO surgiu quando se constata que os agricultores familiares são mais de 90% dos associados da COTRIMAIO, buscando viabilizar a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). E conforme a análise da Cooperativa, poderia ser uma oportunidade de viabilizar a diversificação principalmente, para os pequenos agricultores que possuem de 01 a 20 hectares de terra, aliados a isso surge a necessidade dos municípios e escolas comprarem pelo menos 30% da merenda escolar de agricultores familiares.

Conforme relato do gestor N.H. surge então, após várias reuniões, o DAF (Departamento da Agricultura Familiar), com o envolvimento atual de 15 entidades do município e, que se tornaram responsáveis pela gestão e com a finalidade de organizar a produção dos agricultores familiares para que sejam fornecedores nos mercados da COTRIMAIO e também para a merenda escolar. Em seguida, o programa do DAF foi divulgado regionalmente.

A partir do relato do gestor do DAF podemos observar que a opção de construir a proposta de um departamento está enraizada em duas situações: a constatação de que os agricultores familiares precisavam de um incentivo para permanecer na terra e a segunda situação é a demanda do poder público local para a compra de alimentos dos produtores locais. Nesta colocação percebemos que não ocorreu a participação direta dos agricultores na formação do Departamento e sim, se trabalhou com as instituições representativas da classe e parceiros inclusive do poder público local.

Analisando este fato, voltamos ao tema de que os agricultores familiares, que não conseguiram acompanhar a “modernização”, portanto, são “atrasados” precisam que alguém os organize e com assistência técnica “ensine” a diversificação e como colocar o produto no mercado.

Acreditamos que novamente estamos errando em não respeitar o saber rural, e não promovendo a autonomia dos agricultores e sim, através da cooperativa e do departamento

tentando resgatar seu papel de acompanhar seu público alvo, mas ainda com a visão empresarial e até, como uma oportunidade para a cooperativa.

Aqui também analisamos o papel institucional do poder público local. Percebe-se, nas entrevistas, que não há referência da criação de programas municipais para incentivar a diversificação e a produção de alimentos. O que existe, segundo informações da secretaria da agricultura é um Programa de Incentivo à Produção de Leite, devido à instalação de uma grande empresa desta área na cidade.

Em relação aos mercados, o gestor N.H coloca que não há produção suficiente para atender a demanda da merenda escolar e dos supermercados da COTRIMAIO. O técnico e os gestores do departamento trabalham para organizar e aumentar a produção para atender o ano todo com qualidade. Interessante esta colocação, pois com o DAF o agricultor produtor de alimentos conseguiu garantir a venda de sua produção para o programa da merenda escolar e o restante é absorvido pelos supermercados da rede da COTRIMAIO.

A função do técnico dentro da estrutura do DAF é realizar assistência técnica ao produtor familiar, emissão de projetos de vendas através das chamadas públicas e apoiar a organização, separação e entregas de merenda escolar nas instituições que o DAF atende, além de estar atento ao mercado consumidor. O técnico coloca que observa um grande empenho dos produtores, pois além de colocar sua produção na merenda escolar através do DAF, eles têm uma participação ativa nas atividades do programa, e acompanham os avanços e as preocupações, pois, hoje os agricultores conseguem colocar toda a sua produção, na merenda escolar e também abastecendo às necessidades de mercado da cidade e da região.

Nestas observações podemos constatar que o Departamento oferece serviços que o Poder Público local não disponibiliza, e aí voltamos à responsabilidade do Estado no que se refere em apoiar e construir programas locais de fortalecimento das agroindústrias locais. E por outro lado o DAF assume um papel de vitrine para os produtos locais e também de articulador de mercados, o que é importante para o agricultor familiar, para ampliar as opções de venda.

Ainda com relação aos insumos agrícolas, os produtores recebem um desconto na hora da compra na Cooperativa para produção de hortigranjeiros e produtos disponibilizados para produção de bolachas, massas entre outros, facilitando e diminuindo seus gastos com matéria prima de produção. Neste item voltamos ao papel que as cooperativas têm de apoiar seus associados e ao mesmo tempo se constituir numa dependência deste comércio, o que não avaliamos como negativo, mas sim como um fator dependente, pois, não coloca o produtor na

discussão direta sobre a atuação do DAF e como a cooperativa constrói esta administração. Parece-nos, que estamos reproduzindo, mesmo com os avanços, a forma de cooperativa empresarial de apoiar os “mais atrasados” ou ensinando os que não sabem.

Podemos dizer três dos entrevistados percebem que não existe uma participação direta, que o seu contato é com o técnico e com o gestor. E que seria importante participar nas assembleias com voz e voto. E o outro agricultor sente-se representado pelas instituições, mas é o agricultor que se aposentou e não participa efetivamente. A agricultora M.M. coloca que poderiam contribuir mais se pudessem ajudar a decidir. “Ficamos sabendo das decisões quando vamos à assembleia, pelo rádio ou quando o técnico do DAF nos visita”, diz a agricultora.

#### 6.5 O DAF e participação dos jovens e a sucessão familiar

A agricultora M.M. relata que tomou conhecimento da proposta do DAF por acaso, quando há mais de três anos, a filha C.M. morava na cidade de Três de Maio, trabalhava num jornal local, e foi entrevistar dirigentes da COTRIMAIO sobre o tema da agricultura familiar. A seguir, a mãe, juntamente com a filha, foram buscar maiores informações na Cooperativa e também no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. De acordo com o relato percebemos que a filha havia partido para a cidade, pois a família estava sem opção para convencê-la a ficar em casa e continuar na agricultura. Foi para a cidade mesmo com formação de ensino médio trabalhando num jornal.

Na família do Sr. W.S. os filhos saíram de casa para estudar e foram morar na cidade, não constituindo nesta a sucessão familiar do trabalho na agroindústria. Nesta entrevista o agricultor disse que buscou a alternativa de produzir melado, percebeu que era um mercado em expansão para poder criar os filhos e garantir estudos como ensino superior para eles.

Muitos agricultores incentivaram ou incentivam seus filhos a mudar-se para a cidade, para evitar que continuem no trabalho pesado da agricultura. Induzidos por uma ideia ideologicamente propagada, de que a cidade proporciona uma vida mais fácil e livra os jovens do dia a dia árduo de trabalho na lavoura, os pais almejam para seus filhos um futuro melhor no ambiente urbano (WEDIG, 2009 p.55).

O agricultor coloca que é um trabalho muito penoso e sempre incentivou os filhos a estudarem para não precisar passar pela situação que passam como não poder sair quando querem não ter férias, enfim, entre outros benefícios. Sua filha é pedagoga e trabalha na faculdade em Três de Maio e o genro possui uma empresa de metalurgia em São José do Inhacorá. Não há perspectiva de volta para a agricultura.

Já o Sr. S.M. coloca que o casal teve três filhos que foram para a cidade muito cedo em busca de uma vida melhor ou, conforme a agricultora justifica “menos sofrida”. A renda mensal líquida é de mais ou menos três salários mínimos e enquanto que com a produção de soja nesta terra não daria para sobreviver.

Na entrevista com o Sr. L.D. ele e a esposa destacam a qualidade de vida e como a propriedade é perto da cidade de Três de Maio e eles têm esperança que os filhos permaneçam na propriedade e consigam se qualificar para dar continuidade ao trabalho na agricultura familiar no futuro.

Neste contexto percebemos que a maioria dos jovens deixou o campo, mesmo com os pais garantido uma renda razoável, pois levou-se muito em conta o tipo do trabalho, a qualidade de vida e a oportunidade de estudo que foi proporcionado aos mesmos em profissões fora da agricultura. Conforme Wedig (2009) *apud* Dal Soglio e Kubo (2009) hoje percebe-se que há uma tendência, mesmo que ainda pequena de permanência e retorno dos jovens no campo, principalmente em razão das políticas sociais que vêm sendo promovidas para a juventude rural como acesso a crédito, a primeira terra, formação para o jovem rural entre outras.

No caso da jovem C.M. esta foi a situação, retorna à família por perceber a possibilidade de melhorar a renda e retomar a formação na área da agricultura e continuar próxima da família.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar o Departamento de Agricultura Familiar (DAF) da Cooperativa Agrícola Alto Uruguai Ltda (COTRIMAIO) na Unidade Três de Maio – RS investigando a organização e a formação do DAF, como também analisar os benefícios que o mesmo traz aos agricultores sócios.

Outro ponto importante foi analisar a situação dos associados ao DAF em relação à produção e comercialização dos produtos, a motivação dos agricultores para a efetiva participação na organização, gestão do programa e o papel dos demais parceiros neste contexto.

Neste sentido, compreendemos que a organização foi dirigida pela COTRIMAIO e principalmente pela demanda do poder público local, que necessitava adquirir produtos alimentícios para a alimentação escolar e para os agricultores. O Departamento transformou-se numa vitrine de divulgação dos seus produtos e um forte articulador de mercados.

Todos os agricultores entrevistados possuem uma relação de muitos anos com a COTRIMAIO e acredito que este vínculo e esta confiança fizeram com que os agricultores, mesmo que não consultados diretamente, aderissem ao programa.

Não percebemos uma atuação coletiva dos grupos dos agricultores, e sim dos dirigentes e parceiros do DAF. Os agricultores são chamados pontualmente para seminários, qualificações ou decisões para participar em eventos. A atuação do DAF não apresenta uma preocupação com a formação da coletividade dos agricultores familiares participantes, tanto que não existem reuniões entre o grupo ativo na produção e o da colocação desta no mercado.

O Departamento da Agricultura Familiar foi criado a partir da necessidade do poder público local adquirir produtos de qualidade para a merenda escolar. Os dirigentes das instituições que possuem envolvimento com a agricultura perceberam a necessidade de ampliar a produção e assim trazer mais agricultores para a produção de alimentos e passaram a discutir a viabilidade desta ação.

No momento seguinte à estruturação do departamento junto com a COTRIMAIO, os agricultores foram chamados para um seminário e para a apresentação do DAF, em seguida, convidados a participar efetivamente na produção e licitações do poder público local.

Em relação ao poder público local verificou-se, através das entrevistas, que existe fragilidade no apoio e na construção de programas de fortalecimento da agricultura familiar

diversificada (com exceção do leite) devido ao comércio empresarial de grandes multinacionais que se instalou na cidade.

A assessoria técnica oferecida pela prefeitura municipal não é apontada pelos agricultores. Em relação à EMATER, percebe-se que ela chega até a propriedade quando é demandada. Não são construídas aproximações com o público alvo da agricultura familiar, principalmente para àqueles que mais precisam.

Por outro lado, existem tímidas iniciativas de apoio à permanência do jovem no campo, que estão principalmente ligadas aos programas incentivados pelo Governo Federal, como o acesso à primeira terra. O acesso a este programa é apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e normalmente aprovado o Conselho Municipal da Agricultura.

O Conselho Municipal da Agricultura, que possui fundo municipal da agricultura já foi mais atuante, hoje se reúne pontualmente para discutir o Programa Nacional de Crédito Fundiário, PROAGRO MAIS - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural e o programa minha primeira terra. Destacamos a atuação do STR nesta instância de controle social. Importante colocar que hoje o fundo municipal não recebe recursos nem públicos e nem oriundo de multas, pois a sua operacionalidade é muito burocrática segundo informações da Secretaria da Agricultura. Observamos esta questão do Fundo Municipal da Agricultura, pois ele poderia ser um apoio aos agricultores envolvidos no programa para financiar melhorias em suas agroindústrias e também na infraestrutura como os acessos às propriedades, apoio estrutural ao DAF entre outros.

Notadamente existe uma fragilidade no apoio estatal aos agricultores com dificuldades, apesar das iniciativas como o DAF que, com suas limitações, consegue atender e viabilizar agricultores que fazem a adesão ao programa.

Podemos observar que a qualidade de vida dos agricultores que possuem produção diversificada melhorou após o seu ingresso no DAF, buscaram aperfeiçoamento em relação ao produto que oferecem, houve um incremento na renda familiar e assim podemos afirmar que mesmo, com uma forma que não oportuniza a participação direta do produtor é fundamental buscar a organização coletiva para superar problemas como a busca de mercados e também atender a demanda do poder público que não conseguia cumprir a lei e avançar nesta temática.

Assim percebemos que o DAF está contribuindo para ampliar os horizontes e fortalecer as redes de apoio a agricultores familiares, mas ainda necessita do reconhecimento dos

envolvidos no processo e no papel do poder público e do controle social, através do Conselho da Agricultura e de Desenvolvimento.

O desafio do DAF e do poder público local é fortalecer e criar condições para que as agroindústrias se legalizem de acordo com a legislação, e por outro lado ampliar o atendimento técnico às famílias produtoras de alimentos, que foi uma das maiores fragilidades apontadas pelos agricultores nas entrevistas.

Levando em conta a sua forma de organização o departamento poderia incluir a participação dos usuários, ou seja, dos agricultores nas decisões, acredito que numa região com este perfil cultural e de organização coletiva como vimos no seu histórico fortaleceria a autonomia dos agricultores e o poder público local seria pressionado a criar políticas públicas locais para atender e divulgar esta para a região como uma ação de governo fortalecendo as organizações coletivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs: Unicamp: Hucitec, 1997.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento social** revista Economia Aplicada – n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.
- ANDRIOLI, A. I. **O trabalho coletivo e educação**. Um Estudo das Práticas Cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas- na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí. Editora UNIJUÍ, p. 65-107, 2007.
- ANDRIOLI, A. I. Oportunidades e Desafios da Agroecologia para a Agricultura Familiar. In.: DALLABRIDA, V. R. e BÜTTENBENDER, P. L. **Gestão, Inovação e Desafios para o Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- ANDRIOLI, A. I. **Tecnologia e Agricultura Familiar: uma relação de educação**. Ijuí: Unijuí, 2009.
- BÜTTENBENDER, P. L. **O cooperativismo e o desenvolvimento regional** : estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. In: Revista Perspectiva Econômica, vol.29, n.86, Série Cooperativismo n. 36, São Leopoldo:Unisinos p. 99-142,1995.
- BRUM, A. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- CAPA. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Disponível em <<http://www.capa.org.br/site/content/capa/historia.php>> acessado em maio/2013.
- CASSOL, A.P. As instituições tácitas e formais e as novas formas de integração social no meio rural. Porto Alegre, UFRGS, 2010.
- CERTHIL. Cooperativa de Eletrificação Rural de Três de Maio. Disponível em:< <http://www.certhil.com.br/home> > acessado em maio/2013.
- CONTERATO, M. A ; FILLIPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 (Série Educação a Distância).
- CORDEIRO, A, PETERSEN, P. et ALMEIDA, S. G. de. **Crise Sócio-Ambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira**: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Mimeo. Rio de Janeiro, 1996 p.16.

COTRIMAIO. Conheça a Cotrimaio. Disponível em: <[http://www.cotrimaio.com.br/conheca\\_cotrimaio.htm](http://www.cotrimaio.com.br/conheca_cotrimaio.htm)>. Acesso em abril /2013.

CHRISTENSEN, Teresa. **Soja 80 anos de Produção: 1924- 2004**. Ed. Lucano Cultura e Marketing, Santa Rosa, 2004.

DAL SOGLIO F.,; KUBO R. R.. (Org.). **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 (Série Educação a Distância).

DAF – Departamento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.cotrimaio.com.br/daf.htm>>. Acesso em nov/2012.

DELGADO, N. G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. In: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, fev. 2009. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=182923>>. Acesso em março/2013.

EMATER. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/sobre/index.php> > acessado em 01 de maio de 2013.

**ESTATUTO DO DAF**, 2010. Três de Maio- RS.

FARIAS A, HECK B., FRISKE, L. **Um olhar sobre a história da Suinocultura na região do Grande Santa Rosa**. Ed. Lucano Cultura e Marketing, Santa Rosa, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. **A Formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. In: Silva Neto, B.; Basso, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

FRÖHLICH, E. R.; DORNELES, S. B. (Org.). **Elaboração de Monografia na Área de Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011 (Série Educação a Distância).

GAZOLA, M.; SCHNEIDER S. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=299221>>. Acesso em abri/2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

HEINSCH, Egon Theophilo. **Três de Maio – Um pouco de sua história**. EST Edições, 2002. 304 p.

HESSE, Geraldo. O Brasil da Soja. Abrindo Fronteiras, Semeando CIDADES. Porto Alegre: L&MP, 1996.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em fevereiro/2012

MENEGETTI, G. A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>. Acesso em: out/2010.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. PNDH-3. Secretaria Nacional de Direitos Humanos- Presidência da República, Brasília, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES DE MAIO. Disponível em:<<http://www.pmtresdemaio.com.br/Publico/PConteudo.aspx?ID=3>> acessado em maio/2013.

RADOMSKY, G. & PEÑAFIEL, A. **Rede Social, Reciprocidade e Trabalho**: a experiência dos viticultores de Veranópolis,RS. ESAC –Unisinos, São Leopoldo, jan/jun -2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 23ª ed. **Metodologia Científica**. Métodos científicos. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCHALLEMBERGER, E; HARTAMANN, H.R. **Nova Terra Novos Rumos**: a experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa. Santa ROSA: Barcelos, 1981.

SCHNEIDER, S; SILVA, M.K; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª Ed, UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre Diversidade e Diversificação**: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Rurais, v. 4, n. 1, p. 85-131, março, 2010.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividades**.. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fevereiro, 2003.

SCHNEIDER, S. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil**: O contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3, São Paulo jul/set, 2010.

SCHNEIDER, S. **A Economia Política dos Estudos de Desenvolvimento Rural no Brasil**, Congresso SOBER, Rio Branco – Acre, julho, 2008.

SETREM. Sociedade Educacional Três de Maio. Disponível em: <<http://www.setrem.com.br/46-historico>> acessado em maio/2013.

SICREDI.Cooperativa de Crédito Rural. Disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/websitesicredi/sicredi/psmlId/14?documentId=31215666&selecte dMenuItemId=48&menuId=14&paneSelected=2&psmlToBack=103&timemilis=1353069994290&idxMaxNavHistory=1>> acessado em 03 de maio de 2013.

UNITEC. Cooperativa de Técnicos da Região Noroeste. Disponível em: <<http://historicounitec.blogspot.com.br/>> acessado em maio/2013.

VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA/NEAD, 2001.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercado e Comercialização de Produtos Agrícolas**. 1ª Edição. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2010.

## APÊNDICE I

### ROTEIRO PARA A ENTREVISTA AOS AGRICULTORES/AS:

1. Qual a sua relação, além de ser associado/a (usa serviço técnico, compra insumos, vai ao supermercado) com a Cooperativa Alto Uruguai Ltda/ COTRIMAIO?
2. Na sua opinião como ocorreu a formação do Departamento da Agricultura Familiar (DAF)?
3. Os/as agricultores/as (público alvo) foram chamados para discutir a formação do DAF? Se sim, de que modo se deu essa participação?
4. Como a sua família participa do DAF? Participam de reuniões, seminários ou outras atividades?
5. O que é produzido em sua propriedade?
6. Como ocorria a comercialização antes da formação do DAF?
7. Ocorreram mudanças depois da sua participação no DAF? Se sim, quais?
8. O/a senhor (a) acredita que a organização coletiva (DAF) é um caminho para o fortalecimento da sua propriedade? Por quê?
9. Os/as técnicos/as acompanham a produção com orientação na propriedade? Qual a periodicidade da visita? Qual a sua opinião sobre o acompanhamento técnico da produção?

## APÊNDICE II

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM GESTOR RESPONSÁVEL PELO DAF

1. Como surgiu a proposta da Cooperativa Alto Uruguai Ltda/ COTRIMAIO se voltar ao pequeno agricultor com produção diversificada?
2. Os agricultores foram chamados para participar da organização e fundação do DAF?
3. Como ocorreu a inclusão e a mobilização das Instituições parceiras no Conselho Gestor?
4. Os agricultores/as estão participando do Conselho Gestor? Se sim, de que modo?
5. Como ocorre a participação do agricultor/a nas reuniões, assembleias e outras atividades promovidas pelo DAF?
6. Como ocorre a busca por mercados para a colocação do produto do Agricultor/a associado/a?

## APÊNDICE III

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO DAF

1. Como surgiu a proposta da Cooperativa Alto Uruguai Ltda/ COTRIMAIO se voltar ao pequeno agricultor com produção diversificada?
2. Os agricultores foram chamados para participar da organização e fundação do DAF?
3. Como ocorreu a inclusão e a mobilização das Instituições parceiras no Conselho Gestor?
4. Os agricultores/as estão participando do Conselho Gestor? Se sim, de que modo?
5. Como ocorre a participação do agricultor/a nas reuniões, assembleias e outras atividades promovidas pelo DAF?
6. Como ocorre a busca por mercados para a colocação do produto do Agricultor/a associado/a?